

Anotações sobre a competência da Justiça Federal

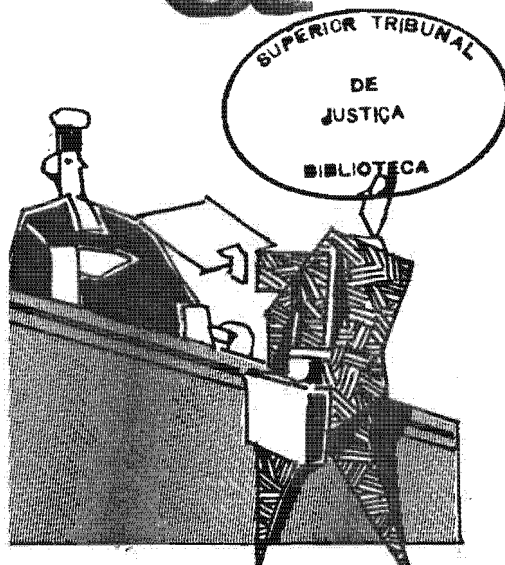
Athos Gusmão Carneiro

A competência das jurisdições especiais é aquela prevista taxativamente na Constituição da República: por exclusão, as demais causas são processadas e julgadas perante a Justiça comum, ou Justiça ordinária, integrada pelos juizes e tribunais dos estados e do Distrito Federal. Lei ordinária, ou mesmo lei complementar, não poderá ampliar nem restringir a competência das jurisdições especiais. Admissível apenas, no plano jurisprudencial, em determinados casos aceitar uma competência implícita; assim, v.g. o art. 109, I, da CF alude à competência dos juizes federais para o julgamento das causas em que forem parte ou interveniente a União, entidade autárquica ou empresa pública federal, porém decisões judiciais acrescentam os casos em que seja parte igualmente fundação de direito público federal, isso sob o fundamento de que as fundações podem ser equiparadas ao gênero autarquia ou ao gênero empresa pública (v.g. a LBA — ut CC nº 207, STJ — 2ª Seção, j. 13.09.89, rel. Min. Bueno de Souza; e CC nº 6.650, STF, Pleno, rel. Min. Moreira Alves, in RTJ 122/495; o IBGE, ut CC nº 213, STJ — 2ª Seção, j. 28.06.89, rel. Min. Athos Carneiro).

Se uma demanda foi corretamente ajuizada perante a Justiça Comum, e a União ou ente público federal manifesta interesse (deve ser necessariamente um interesse jurídico) em nela ingressar como assistente (tanto litisconsorcial como assistente simples), ou apresenta ação de oposição (CPC, art. 56), caberá ao juiz federal (e não ao juiz da causa) apreciar a legitimidade do pedido de intervenção ou de oposição, e aceitá-lo ou não. Assim também nos casos de denunciação da lide e ente público federal, que se tornará parte ré na demanda regressiva; e nos casos em que ente público federal for chamado ao processo, para figurar como parte passiva na demanda.

Neste tema têm surgido dúvidas a respeito da competência recursal, dúvidas que podem ser afastadas pela aplicação da regra de que as decisões dos juizes estaduais somente podem ser revistas por tribunal estadual, e as decisões dos juizes federais somente por tribunal federal. Assim, se o juiz estadual decide, ele mesmo, indeferir postulação da União visando intervir na demanda, tal decisão somente poderá ser revista pelo tribunal do estado, ao qual caberá anulá-la e determinar a remessa dos autos à Justiça Federal (CC nº 2312, STJ — 2ª Seção, j. 29.04.92, rel. Min. Athos Carneiro). Se o juiz federal resolve admitir a mencionada intervenção, quem a tanto se opunha deverá recorrer ao Tribunal Regional Federal. A respeito, o STJ editou a Súmula nº 53, com a redação seguinte: "Tribunal Regional Federal não é competente para julgar recurso de decisão proferida por juiz estadual não investido de jurisdição federal".

Vale sublinhar que a regra acima aludida encontra exceção, como está na Súmula, nos casos em que o juiz estadual exerce jurisdição federal, conforme previsto no art. 109, § 3º da CF, hipóteses em que o colegiado recursal será o Tribunal Regional Federal — art. 109, § 4º, (CC nº 02, 1ª Seção — STJ, j. em 27.06.89, rel. Min.



66

Se uma demanda foi corretamente ajuizada perante a Justiça Comum, e a União ou ente público federal manifesta interesse (deve ser necessariamente um interesse jurídico) em nela ingressar como assistente (tanto litisconsorcial como assistente simples), ou apresenta ação de oposição (CPC, art. 56), caberá ao juiz federal (e não ao juiz da causa) apreciar a legitimidade do pedido de intervenção ou de oposição, e aceitá-lo ou não

99

José de Jesus Filho.)

No plano cível, a competência da Justiça Federal define-se ratione persone, pela condição como parte (ou como assistente) da União, entidade autárquica ou empresa pública (ou fundação) federal — CPC, art. 109, I —, bem como nos casos de demandas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional, e município ou pessoa domiciliada ou residente no País — CF, art. 109, II (se em lugar do município, ou da pessoa física, for interessada a União, estado-membro ou o Distrito Federal, competente originariamente será o Supremo Tribunal Federal — CF, art. 102, I, e), e bem assim nos casos de mandados de segurança e habeas data impetrados contra ato de autoridade federal — CF, art. 109, VIII.

A competência em razão da matéria somente é prevista quando a lide versar sobre tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional, e nos litígios sobre direitos indígenas — CF, 109, III e XI.

E assim sendo, é irrelevante para fixar a competência cível da Justiça Federal a circunstância de ser objeto da lide matéria que possa ser considerada de relevante interesse da União, salvo se esta

(ou entidade pública federal) participa da causa como parte, ou vier a participar como interveniente.

Estas ponderações conduzem a uma observação. A Constituição prevê que as causas em que forem partes instituição da Previdência Social (estatal) e segurado serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro do domicílio do segurado ou beneficiado, salvo se essa comarca for sede de vara do juízo federal; em tais casos, estará o juiz estadual exercendo jurisdição federal delegada e os recursos serão, portanto, apreciados pelo Tribunal Regional Federal. Entretanto, eis a questão: a norma constitucional igualmente dispõe que "a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela Justiça estadual", sempre que a comarca não for sede de vara do juízo federal — CF, art. 109, § 3º, in fine. Pergunta-se: quais serão estas outras causas? Quaisquer feitas? Não. Estas outras causas deverão evidentemente estar compreendidas no elenco do artigo 109 da CF; devem ser causas federais, sob pena de admitirmos possa a lei ampliar a competência recursal do Tribunal Regional Federal da área de jurisdição do juiz de primeiro grau — art. 109, § 4º.

Pode-se citar, como exemplo de causa prevista no artigo 109, § 3º, in fine, a demanda alusiva a direitos de mineração, que deve ser processada, em primeira instância, perante o juiz do local onde se situa a lavra (Dlei 227/67, art. 27, VI). Se a demanda disser respeito a conflito de interesses entre particulares, não sendo parte nem interveniente a União ou ente público federal, o juiz estadual nela exercera sua própria jurisdição, com recurso para o tribunal estadual a que se encontra vinculado (vide CC nº 2.779, rel. Min. Athos Carneiro). Todavia, se a União, ou ente público federal, for parte na demanda (autor, réu, oponente ou assistente), então, se a comarca não for sede de vara federal, o juiz local exercerá jurisdição delegada pela União, com recurso portanto para o Tribunal Regional Federal (art. 109, § 4º).

Outros exemplos de delegação: os executivos fiscais federais, por força do art. 15, I, da Lei 5.010/66 (que organizou a Justiça Federal de primeira instância), deverão ser ajuizados no domicílio dos devedores e perante os juizes estaduais, salvante se na comarca houver vara federal. Assim também as vistorias e justificações destinadas a fazer prova perante a administração federal, centralizada ou autárquica, que devem ser propostas no foro do domicílio do requerente (Lei 5.010/66, art. 15, II). A respeito dispõe a Súmula nº 32-STJ, verbis: "Compete à Justiça Federal processar justificações judiciais destinadas a instruir pedidos perante entidades que nela têm exclusividade de foro, ressalvada a aplicação do art. 15, II da Lei 5.010/66".

Vale notar que o inciso IV do mesmo artigo 15 da Lei 5.010/66, que prevê o foro federal em ações propostas por sociedades de economia mista com participação majoritária federal, vem de encontro ao art. 109, I, da Const. Federal; aliás, a esse respeito manifestou-se o Superior Tribunal de Justiça por sua Súmula nº 42: "Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte sociedade de economia mista e com os crimes praticados em seu detrimento".

A mencionada delegação de jurisdição federal a juiz estadual reflete-se outrossim na indicação do tribunal competente para julgar os conflitos de competência. Quando juiz estadual e juiz federal entram em conflito, a competência para apreciar o incidente é do Superior Tribunal de Justiça (CF, art. 105, I, d, in fine); porém, se o conflito se estabelece entre juiz estadual no exercício da jurisdição federal delegada e juiz federal, competente será o Tribunal Regional Federal (Súmula 03-STJ), salvante se sediados um e outro em áreas sob jurisdição de Tribunais Regionais Federais diversos, hipótese em que o Superior Tribunal de Justiça conhecerá do conflito (CC nº 2.779-STJ, j. em 28.10.92, rel. Min. Athos Carneiro).

■ Athos Gusmão Carneiro é ministro do Superior Tribunal de Justiça.